

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 262/2026
(Processo Administrativo nº 300.684-9/2026)

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº [REDACTED]/2026

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E A EMPRESA [REDACTED] PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE 03 (TRÊS) PLATAFORMAS ELEVATÓRIAS DE ACESSIBILIDADE.

O **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, com sede na Praça da República, nº 70, Centro, nesta Cidade, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 30.051.023/0001-96, doravante designado, simplesmente, de **TCE-RJ**, neste ato representado por seu por seu Subsecretário-Adjunto de Licitações, Contratos, Contabilidade e Finanças, **André Cirne de Paula**, e a empresa [REDACTED] doravante designada, simplesmente, **CONTRATADA**, com sede na [REDACTED], inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº [REDACTED], neste ato representada por seu [REDACTED], [REDACTED], devidamente qualificado(a) nos autos, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo **TCE-RJ nº 300.684-9/2026** e em observância às disposições do inciso II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133 de 2021, e da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67 de 2021, resolvem celebrar o presente **TERMO DE CONTRATO**, decorrente da **DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 262/2026**, do mediante as seguintes **CLÁUSULAS E CONDIÇÕES**:

CLÁUSULA PRIMEIRA

(OBJETO)

A **CONTRATADA** obriga-se a prestar serviços de manutenção preventiva e corretiva de 03 (três) plataformas elevatórias de acessibilidade, com fornecimento de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo, peças, componentes e demais insumos necessários à perfeita execução contratual, visando assegurar o pleno funcionamento, a segurança operacional, a confiabilidade e a conservação dos equipamentos instalados nas dependências do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro – TCE-RJ, conforme especificações, quantidades e exigências

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 262/2026
(Processo Administrativo nº 300.684-9/2026)

MINUTA DO CONTRATO

estabelecidas no **TERMO DE REFERÊNCIA** que integra o **Aviso de Contratação Direta** que originou a **DISPENSA ELETRÔNICA nº 262/2026**, com a finalidade de atender a demanda identificada no âmbito da **Coordenadoria de Serviços de Manutenção (CSM)** do TCE-RJ:

Item	Descrição / Especificação	CATSER	Unid.	Quant.	Preço Unitário	Preço Total
1	Manutenção preventiva mensal e corretiva sob demanda de plataforma elevatória de acessibilidade instalada no PR70, fabricante DWA, modelo PL-5, capacidade de 150 kg, acionamento manual.	3557	Mês	12		
2	Manutenção preventiva mensal e corretiva sob demanda de plataforma elevatória de acessibilidade instalada no PR70, fabricante ENGELIFT, modelo PEI-03, capacidade de 265 kg, acionamento manual.	3557	Mês	12		
3	Manutenção preventiva mensal e corretiva sob demanda de plataforma elevatória de acessibilidade instalada no PR50, fabricante DAIKEN, modelo AC02, capacidade de 325 kg, acionamento manual.	3557	Mês	12		
Preço Global						

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A execução do objeto será realizada em conformidade com a Proposta Comercial da **CONTRATADA**, datada de ____ de ____ de 2026 e com o Relatório da Dispensa Eletrônica, acostados ao Processo Administrativo **TCE-RJ nº 300.684-9/2026**, os quais, juntamente com o **Aviso de Contratação Direta** que originou a **DISPENSA ELETRÔNICA nº 262/2026** e seus **ANEXOS**, são partes integrantes e inseparáveis deste **CONTRATO**, independentemente de transcrição.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O objeto poderá sofrer acréscimos ou supressões, nos limites previstos no artigo 125 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

PARÁGRAFO TERCEIRO - São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

I - O Termo de Referência que embasou a contratação;

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 262/2026
(Processo Administrativo nº 300.684-9/2026)

MINUTA DO CONTRATO

II – O Aviso de Dispensa Eletrônica, caso existentes;

III - A Proposta da **CONTRATADA**; e

IV - Eventuais anexos dos documentos supracitados.

PARÁGRAFO QUARTO - O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no **TERMO DE REFERÊNCIA** que integra o **Aviso de Contratação Direta** que originou a **DISPENSA ELETRÔNICA nº 262/2026**.

CLÁUSULA SEGUNDA

(PRAZO DE VIGÊNCIA)

O prazo de vigência da contratação será de **12 (doze) meses**, contados da data indicada no Termo de Autorização de Início dos Serviços a ser emitido pela **Coordenadoria de Serviços de Manutenção (CSM)** do **TCE-RJ**, após a formalização deste **CONTRATO**, com posterior publicação do **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A **CONTRATADA** deverá implementar o serviço, objeto deste **CONTRATO**, na forma e nos prazos estabelecidos nos itens 04 a 06 do Termo de Referência, contados a partir do recebimento do Termo de Autorização de Início dos Serviços.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O prazo determinado para início dos serviços poderá ser prorrogado, desde que formalizado pleito com as razões e justificativas a serem submetidas à análise e aceitação da Administração.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 262/2026
(Processo Administrativo nº 300.684-9/2026)

MINUTA DO CONTRATO

PARÁGRAFO QUARTO - Eventual pedido de prorrogação nos termos dos parágrafos anteriores, deverá ser encaminhada à **Coordenadoria de Gestão Administrativa e de Contratos - CGA do TCE-RJ**, localizada à Praça da República, nº 70 –5º andar –Centro –Rio de Janeiro/RJ, Telefone: (21) 3231-5213 ou (21) 3231-5291, e-mail: cga@tcerj.tc.br.

PARÁGRAFO QUINTO – O prazo de vigência deste **CONTRATO** poderá ser prorrogado, em periodicidade sucessiva em relação ao seu prazo inicial, respeitado o prazo máximo de 10 (dez) anos previsto no artigo 108 da Lei Federal 14.133/21, desde que as condições e os preços permaneçam vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a sua extinção sem ônus para qualquer das partes.

PARÁGRAFO SEXTO - A **CONTRATADA** não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

CLÁUSULA TERCEIRA

(PREÇO)

O preço total deste **CONTRATO** é de **R\$** _____ (_____).

PARÁGRAFO PRIMEIRO - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta contratação.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à **CONTRATADA** dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

CLÁUSULA QUARTA

(RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS)

**AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 262/2026
(Processo Administrativo nº 300.684-9/2026)**

MINUTA DO CONTRATO

A presente despesa, no valor global de R\$ _____ (_____), correrá por conta do orçamento do exercício de 2026, no valor de R\$ _____ (_____), compromissada por conta da Dotação Orçamentária existente no Programa de Trabalho _____ e pela Natureza de Despesa _____, com cobertura através da Nota de Empenho nº _____.

PARÁGRAFO ÚNICO: As despesas relativas ao(s) exercício(s) subsequente(s), no valor de R\$ _____ (_____), correrão por conta da(s) dotação(ões) orçamentária(s) respectiva(s), devendo ser empenhadas no início do(s) exercício(s).

CLÁUSULA QUINTA

(CONDIÇÕES DE PAGAMENTO)

Para execução do pagamento, a **CONTRATADA** deverá emitir nota fiscal correspondente à sede ou filial que apresentou a documentação na fase de habilitação, sem emendas, rasuras ou borrões, legível e em nome do **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - TCE-RJ**, CNPJ/MF nº 30.051.023/0001-96, situado à Praça da República, nº 70, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A **CONTRATADA** deverá apresentar a documentação para a cobrança respectiva à **Coordenadoria de Gestão Administrativa e de Contratos - CGA** do TCE-RJ, localizada à Praça da República, 70, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ, no horário entre 10h e 17h, até o 5º (quinto) dia útil posterior à data final do período de adimplemento da obrigação, admitindo-se o encaminhamento por meio eletrônico para o e-mail: cga@tcerj.tc.br.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O **TCE-RJ** efetuará o pagamento mediante crédito em conta-corrente da **CONTRATADA**, em parcelas mensais, à medida que o objeto for executado, até o 30º (trigésimo) dia corrido, a contar da atestação da nota fiscal/fatura apresentada, verificado o recebimento do objeto contratual e cumpridas as formalidades legais e contratuais previstas, bem como observadas as condições estabelecidas no **TERMO DE REFERÊNCIA** que integra o **Aviso de Contratação Direta** que

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 262/2026
(Processo Administrativo nº 300.684-9/2026)

MINUTA DO CONTRATO

originou a **DISPENSA ELETRÔNICA nº 262/2026** e a ordem cronológica prevista no artigo 141 da Lei Federal 14.133/21.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os pagamentos estarão sujeitos a ajustes e glosas em decorrência do eventual desatendimento de metas previstas no **Instrumento de Medição de Resultados (IMR)** estabelecido no Termo de Referência do **Aviso de Contratação Direta** que originou a **DISPENSA ELETRÔNICA nº 262/2026**.

PARÁGRAFO QUARTO - Antes da expedição da Nota Fiscal, a **CONTRATADA** deve realizar contato, preferencialmente, via e-mail, com o fiscal **deste CONTRATO**, para informar sobre **eventual incidência de multa e/ou glosa**.

PARÁGRAFO QUINTO - Ocorrendo atraso no pagamento das obrigações e desde que este atraso decorra de culpa do **TCE-RJ**, o valor devido será acrescido de 0,1% (um décimo por cento) a título de multa, além de 0,033% (trinta e três milésimos por cento), por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre a parcela devida.

PARÁGRAFO SEXTO - O pagamento da multa e da compensação financeira a que se refere o subitem anterior será efetivado mediante autorização expressa do Secretário-Geral de Administração do **TCE-RJ**, em processo próprio, que se iniciará com o necessário requerimento que lhe for dirigido pela licitante **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Na ocasião de cada pagamento a ser efetuado, observadas as condições específicas da licitante **CONTRATADA**, aplicar-se-á, no que couber, a retenção tributária na fonte dos tributos federais e municipais, conforme disposto na Lei Federal nº 9.249, de 26/12/1995, na Lei Federal 9.430, de 27/12/1996, na Instrução Normativa SRF nº 1234, de 11/01/2012, na Instrução Normativa SRF nº 971, de 13/11/2009, e na Lei Complementar nº 116, de 31/07/2003, combinada com a correspondente lei municipal do local de prestação dos serviços.

PARÁGRAFO OITAVO - A **CONTRATADA** que estiver enquadrada nas hipóteses de não retenção tributária (artigo 4º da Instrução Normativa SRF nº 1.234, de 11/01/2012) ou amparada por medida judicial que suspenda a exigibilidade do crédito tributário (artigo 36º da Instrução Normativa SRF nº

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 262/2026
(Processo Administrativo nº 300.684-9/2026)

MINUTA DO CONTRATO

1.234, de 11/01/2012) deverá apresentar o documento de cobrança acompanhado da comprovação de que continua enquadrada ou amparada, sob pena de retenção de tributos pela fonte pagadora.

PARÁGRAFO NONO - Na hipótese de o documento de cobrança apresentar erros, fica suspenso o prazo para o pagamento respectivo, prosseguindo-se a contagem somente após a apresentação da nova documentação isenta de erros.

CLÁUSULA SEXTA

(REAJUSTE)

O preço fixado na cláusula terceira será fixo e irrevogável, inexistindo a possibilidade de adoção pelas partes de qualquer espécie de atualização financeira, em que a periodicidade de aplicação seja inferior a um período de 12 (doze) meses, em conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do art. 2º da Lei Federal nº 10.192/01.

CLÁUSULA SÉTIMA

(GARANTIA FINANCEIRA DA EXECUÇÃO CONTRATUAL)

Não haverá exigência de garantia financeira de execução para a presente contratação.

CLÁUSULA OITAVA

(EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS)

Os serviços serão executados na forma, condições e prazos previstos no **TERMO DE REFERÊNCIA** que integra o **AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA** que originou a **DISPENSA ELETRÔNICA Nº 262/2026**.

CLAUSULA NONA

(RECEBIMENTO DO OBJETO)

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 262/2026
(Processo Administrativo nº 300.684-9/2026)

MINUTA DO CONTRATO

Depois de executado, o objeto será recebido na forma definida previamente pela unidade requisitante dos serviços contratados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Executados os serviços em cada mês, na forma estipulada no TERMO DE REFERÊNCIA, estes serão recebidos definitivamente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após executada a conferência e verificação do teor do respectivo documento fiscal com os relatórios emitidos pela **CONTRATADA**, com a necessária atestação da fatura mensal.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O aceite/aprovação dos serviços pelo **TCE-RJ** não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vício de quantidade e/ou qualidade ou disparidades com as especificações estabelecidas no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA

(DO GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO)

O gerenciamento e a fiscalização deste **CONTRATO** caberão, respectivamente, aos servidores da **Coordenadoria de Gestão Administrativa e de Contratos - CGA** do **TCE-RJ** e da **Coordenadoria de Serviços de Manutenção (CSM)**, que determinará(ão) o que for necessário para regularização de faltas ou defeitos, nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021 e da Resolução TCE nº 379/2021, na(s) sua(s) falta(s) ou impedimento(s), ao(s) seu(s) substituto(s).

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Ficarão reservados ao gestor deste **CONTRATO** o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos neste **CONTRATO** e tudo o mais que se relacione com o objeto contratado, desde que não acarrete ônus para o **TCE-RJ** ou modificação da contratação.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As decisões que ultrapassarem a competência do fiscal do **TCE-RJ** deverão ser solicitadas formalmente pela **CONTRATADA** à autoridade administrativa imediatamente superior ao fiscal, através dele, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.

**AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 262/2026
(Processo Administrativo nº 300.684-9/2026)**

MINUTA DO CONTRATO

PARÁGRAFO TERCEIRO - A **CONTRATADA** deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações necessários ao desenvolvimento de sua atividade.

PARÁGRAFO QUARTO - A existência e a atuação da fiscalização em nada restringirão a responsabilidade única, integral e exclusiva da **CONTRATADA**, no que concerne ao objeto da contratação, às implicações próximas e remotas perante o **TCE-RJ** ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidades decorrentes da execução contratual não implicará corresponsabilidade do **TCE-RJ** ou de seus prepostos, devendo, ainda, a **CONTRATADA**, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato ao **TCE-RJ** dos prejuízos apurados e imputados a falhas em suas atividades.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

(OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DA CONTRATADA)

As partes deverão cumprir, durante toda a execução deste **CONTRATO**, as obrigações e responsabilidades impostas pelo **Aviso de Contratação Direta** que originou a **DISPENSA ELETRÔNICA nº 262/2026** e seus anexos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Sem prejuízo das obrigações estabelecidas no item 8.2 do Termo de Referência, compete ao **CONTRATANTE**:

- I. Expedir as autorizações de início de serviços necessárias para o começo da prestação de serviços por parte da **CONTRATADA**;
- II. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de prepostos ou representantes da **CONTRATADA** às dependências da contratante relacionadas à execução do objeto;

**AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 262/2026
(Processo Administrativo nº 300.684-9/2026)**

MINUTA DO CONTRATO

- III. Promover o acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado, de forma a verificar a perfeita execução do objeto contratado;
- IV. Prestar informações e esclarecimentos necessários à execução do objeto contratado, que venham a ser solicitados por representante legal ou preposto da **CONTRATADA**;
- V. Reservar à fiscalização o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos contratualmente e tudo o mais que se relacione com a prestação dos serviços, desde que não acarrete ônus para o **TCE-RJ** ou modificação das obrigações;
- VI. Notificar a **CONTRATADA**, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- VII. Manter, através da Fiscalização, registros de ocorrências com a junção de documentos relacionados com eventuais serviços realizados em desconformidade com a contratação.
- VIII. Receber o objeto deste **CONTRATO**, nas formas definidas no **Aviso de Contratação Direta** que originou a **DISPENSA ELETRÔNICA nº 262/2026** e neste **CONTRATO**.
- IX. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos com as especificações constantes do termo de referência, **Aviso de Contratação Direta** que originou a **DISPENSA ELETRÔNICA nº 262/2026** e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;
- X. Efetuar o pagamento à **CONTRATADA**, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos no **Aviso de Contratação Direta** que originou a **DISPENSA ELETRÔNICA nº 262/2026** e seus anexos.
- XI. Verificar durante a execução contratual a manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas **Aviso de Contratação Direta** que originou a **DISPENSA ELETRÔNICA nº 262/2026**.
- XII. Conduzir os procedimentos relativos a aplicação de reajuste e revisão de preços, se cabível.

**AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 262/2026
(Processo Administrativo nº 300.684-9/2026)**

MINUTA DO CONTRATO

- XIII. Aplicar as penalidades por descumprimento do pactuado no **Aviso de Contratação Direta** que originou a **DISPENSA ELETRÔNICA nº 262/2026** e seus anexos.
- XIV. Sustar, no todo ou em parte, a execução dos serviços, sempre que a medida for considerada necessária;
- XV. Arcar com as despesas de publicação do extrato contratual no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, bem como dos termos aditivos que porventura venham a ser firmados;

PARÁGRAFO SEGUNDO – Sem prejuízo das obrigações estabelecidas no item 8.1 do Termo de Referência, compete à **CONTRATADA**:

I – Fornecer informações necessárias para abertura de canal de comunicação, objetivando a viabilização de contatos necessários para troca de informações relativas ao início e durante todo desenvolvimento da execução contratual, inclusive para abertura dos chamados por telefone ou por correio eletrônico (códigos de acesso, números de telefone, endereços de correio eletrônico, códigos de identificação do cliente etc.); ou acesso à área de suporte técnico através de endereço eletrônico (web site) do fabricante dos produtos.

II - Credenciar junto ao **TCE-RJ** funcionário(s) que atenderá(ão) às requisições dos serviços e receberá(ão) as instruções do responsável pelo gerenciamento e fiscalização, bem como prestará(ão) às autoridades competentes as informações e assistência necessárias ao bom cumprimento de suas funções durante a execução contratual.

III - Executar os serviços contratados conforme especificações deste termo e de sua proposta, com a alocação dos empregados e recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, bem como providenciar todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade necessárias para execução do objeto;

IV - Executar os serviços objeto do presente **CONTRATO** rigorosamente no prazo pactuado, **bem como cumprir todas as demais obrigações impostas pelo Aviso de Contratação Direta** que originou a **DISPENSA ELETRÔNICA nº 262/2026** e seus anexos.

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 262/2026
(Processo Administrativo nº 300.684-9/2026)

MINUTA DO CONTRATO

V - Substituir os materiais considerados fora de padrões, com defeito de fabricação, ou ainda considerados fora das especificações.

VI - Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos técnicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

VII - Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, observando, ainda, as normas de segurança da Contratante, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

VIII - Contratar por sua conta todos os seguros exigidos ou que venham a ser exigidos por lei e que incidam direta ou indiretamente sobre o objeto deste termo.

IX - Promover por sua conta a cobertura, através de seguros, dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução deste **CONTRATO**.

X - Garantir acesso, a qualquer tempo, da fiscalização do **TCE-RJ** ao serviço em questão.

XI - Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitada pela fiscalização do **TCE-RJ**.

XII - Cientificar, imediatamente, a fiscalização do **TCE-RJ** qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verificar no serviço.

XIII - Atender às medidas técnicas e administrativas determinadas pela fiscalização do **TCE-RJ**.

XIV - Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal **deste CONTRATO**, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

XV - Responsabilizar-se e indenizar por eventuais danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste **CONTRATO**, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a Fiscalização, ficando o **TCE-RJ** autorizado a descontar da garantia,

**AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 262/2026
(Processo Administrativo nº 300.684-9/2026)**

MINUTA DO CONTRATO

caso exigida, ou dos pagamentos devidos à **CONTRATADA**, o valor correspondente aos danos sofridos;

XVI - Indenizar em qualquer caso todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza, que causar ao **TCE-RJ** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução deste termo, respondendo por si e por seus sucessores.

XVII – Ser a única responsável por todos os ônus tributários federais, estaduais e municipais, ou obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, fiscal, securitária ou previdenciária, bem como por todos os gastos e encargos inerentes à mão de obra necessária à perfeita execução do objeto contratual, entendendo-se como ônus tributários: pagamento de impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições parafiscais, empréstimos compulsórios, tarifas e licenças concedidas pelo poder público.

XVIII - Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos e preços de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da **DISPENSA ELETRÔNICA nº 262/2026**;

XIX- Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo **CONTRATO**, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, securitárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

XX - Não subcontratar ou transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto a ser executado.

XXI - Manter em sigilo toda informação referente ao **TCE-RJ** que a **CONTRATADA** e seus prepostos vierem a tomar conhecimento por necessidade de execução dos serviços ora contratados não poderá, sob hipótese alguma, ser divulgada a terceiros, sendo responsável civil, penal e administrativamente pelo uso das informações sigilosas a que tiver acesso.

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 262/2026
(Processo Administrativo nº 300.684-9/2026)

MINUTA DO CONTRATO

XXII - Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto desta contratação, nos termos do artigo 125 da Lei Federal n.º 14.133/21;

XXIII - Manter, durante toda vigência da contratação, as condições de habilitação e qualificação exigidas no **Aviso de Contratação Direta** que originou a **DISPENSA ELETRÔNICA nº 262/2026** em compatibilidade com as obrigações assumidas, na forma do inciso XVI do artigo 92 da Lei Federal 14.133/21.

XXIV – Não contratar cônjuge, companheiro(a) ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do **TCE-RJ** ou de agente público que desempenhe função no procedimento que originou a **DISPENSA ELETRÔNICA nº 262/2026** ou atue na fiscalização ou na gestão deste **CONTRATO**, conforme § único do artigo 48 da Lei Federal 14.133/21).

XXV - cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, comprovando tal atendimento com documentos e informações, quando solicitado, indicando os empregados que preenchem as referidas vagas, na forma do inciso XVII do artigo 92 e artigo 116 da Lei Federal 14.133/21.

XXVII - As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

XXVIII - As obrigações e responsabilidades da **CONTRATADA** serão suspensas se a prestação dos serviços for obstada por motivo de greve, sabotagem, rebelião e/ou enchente, comprovadamente, imprevisíveis e alheios ao controle da mesma, devendo nesses casos o evento motivador da paralisação dos serviços ser comunicado, formalmente, ao **TCE-RJ**, em 24h (vinte e quatro horas) de sua ocorrência.

XXIX – Manter plantão permanente para atendimento de chamados EMERGENCIAIS, inclusive aos sábados, domingos e feriados, na forma prevista no Termo de Referência;

**AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 262/2026
(Processo Administrativo nº 300.684-9/2026)**

MINUTA DO CONTRATO

XXX – Executar a manutenção preventiva mensal e os atendimentos corretivos das plataformas elevatórias com fornecimento integral de peças, componentes, materiais e insumos necessários ao restabelecimento do pleno funcionamento dos equipamentos, ressalvadas as hipóteses de dano decorrente de depredação, vandalismo, uso inadequado ou mau uso, quando devidamente caracterizadas pela fiscalização;

XXXI – apresentar relatórios técnicos mensais de manutenção preventiva e relatórios individualizados dos atendimentos corretivos realizados, conforme, respectivamente, os modelos constantes dos Anexos D e E do Termo de Referência;

XXXII – Justificar tecnicamente, em relatório, a utilização de peças, componentes equivalentes ou similares, quando inviável o fornecimento de peça original, em conformidade com o disposto no subitem 4.3.5.3 deste Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

(SANÇÕES ADMINISTRATIVAS)

Pelo descumprimento total ou parcial deste **CONTRATO**, o **TCE-RJ** poderá, sem prejuízo das responsabilidades civis e criminais que couberem, aplicar as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, na Lei Federal 12.846/13 e no item 18 do Termo de Referência:

I – **Advertência**, nas hipóteses de infrações leves que não geram efetivo prejuízo à Administração:

II – **Multas**, por ocorrência de qualquer das infrações administrativas previstas no artigo 155 da Lei Federal 14.133/21, de caráter punitivo pelo atraso de obrigação (Moratória) e de compensação por prejuízos causados (Compensatória);

III - **Impedimento de Licitar e Contratar**, aplicável na ocorrência das infrações administrativas graves, previstas no artigo 155 da Lei Federal 14.133/21 e na Lei Federal 12.846/13, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, pelo prazo de até 3 (três) anos;

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 262/2026
(Processo Administrativo nº 300.684-9/2026)

MINUTA DO CONTRATO

IV - **Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar**, nas hipóteses de cometimento de infrações gravíssimas, quando identificada conduta culposa ou dolosa da **CONTRATADA**, pelo prazo mínimo de 3 (três) a 6 (seis) anos

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O licitante contratado estará sujeito às sanções previstas no inciso I a IV no caput desta cláusula, no caso das condutas e ocorrências previstas na Lei Federal nº 14.133/21 e Lei Federal 12.846/13:

I - dar causa à inexecução parcial deste **CONTRATO**;

II - dar causa à inexecução parcial deste **CONTRATO** que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total deste **CONTRATO**;

IV - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da dispensa eletrônica sem motivo justificado;

V - apresentar declaração/documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução deste **CONTRATO**;

VI - praticar ato fraudulento na execução deste **CONTRATO**;

VII - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

VIII - obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no **Aviso de Contratação Direta** que originou a **DISPENSA ELETRÔNICA nº 262/2026** ou nos respectivos instrumentos contratuais, conforme a letra *f* do inciso IV do artigo 5º da Lei Federal 12.846/13;

IX - manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública, consoante a letra *g* do inciso IV do artigo 5º da Lei Federal 12.846/13;

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 262/2026
(Processo Administrativo nº 300.684-9/2026)

MINUTA DO CONTRATO

X - patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a Administração Pública, dando causa à instauração de dispensa eletrônica ou à celebração de contrato cuja invalidação vier a ser decretada pelo Poder Judiciário;

XI - fraudar, em prejuízo da Administração Pública, licitação ou contrato dela decorrente, mediante:

a - entrega de mercadoria ou prestação de serviços com qualidade ou em quantidade diversas das previstas no **Aviso de Contratação Direta** que originou a **DISPENSA ELETRÔNICA nº 262/2026** ou nos instrumentos contratuais;

b - fornecimento, como verdadeira ou perfeita, de mercadoria falsificada, deteriorada, inservível para consumo ou com prazo de validade vencido;

c - entrega de uma mercadoria por outra;

d - alteração da substância, qualidade ou quantidade da mercadoria ou do serviço fornecido;

e - qualquer meio fraudulento que torne injustamente mais onerosa para a Administração Pública a proposta ou a execução deste **CONTRATO**;

PARÁGRAFO SEGUNDO – O **Impedimento de Licitar e Contratar** será aplicável na ocorrência das infrações administrativas previstas nos incisos **II, III e IV** do **parágrafo primeiro desta cláusula**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos

PARÁGRAFO TERCEIRO – A **Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar** será aplicável nas hipóteses dos incisos **V a X e XII**, do **parágrafo primeiro desta cláusula**, acrescentando-se ainda as infrações administrativas previstas para o Impedimento de Licitar e Contratar que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 262/2026
(Processo Administrativo nº 300.684-9/2026)

MINUTA DO CONTRATO

PARÁGRAFO QUARTO - A aplicação das sanções estabelecidas nos incisos I, II e III do caput desta cláusula é da competência da Coordenadoria de Gestão Administrativa de Contratos (CGA) e a do inciso IV de competência exclusiva da autoridade máxima do **TCE-RJ**.

PARÁGRAFO QUINTO – A aplicação das sanções administrativas não exclui, em hipótese alguma a responsabilidade da **CONTRATADA** pelas perdas e danos que as infrações possam ter causado à Administração, sem prejuízo de sua reparação, nos termos do § 3º e 9º do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021;

PARÁGRAFO SEXTO – De forma cumulativa às sanções previstas nos incisos I, III e IV desta cláusula, poderão ser aplicadas multas moratórias e compensatórias, dentro dos limites definidos no §3º, do artigo 156, da Lei Federal nº 14.133/2021, na forma das Tabelas de Eventos 1 e 2 e disposições adiantes descritas, sem prejuízo da observância das previstas no termo de referência:

PARÁGRAFO SEXTO – De forma cumulativa às sanções previstas nos incisos I, III e IV desta cláusula, poderão ser aplicadas multas moratórias e compensatórias, dentro dos limites definidos no §3º, do artigo 156, da Lei Federal nº 14.133/2021, na forma das Tabelas de Eventos 1 e 2 e disposições adiantes descritas, sem prejuízo da observância das previstas no termo de referência:

TABELA DE EVENTOS

ITEM	CONDUTA	MULTAS	BASE
1	Atraso injustificado para início da execução contratual	1% por dia, limitada a 30%	valor do contrato
2	Descumprimento do prazo de atendimento emergencial	2% por ocorrência	parcela mensal
3	Descumprimento do prazo de atendimento ordinário	1% por ocorrência	parcela mensal
4	Não realização de manutenção preventiva mensal programada	5% por equipamento não atendido	parcela mensal
5	Não substituição de peça ou componente necessário ao funcionamento regular, sem justificativa aceita pela fiscalização	3% por ocorrência	parcela mensal

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 262/2026
(Processo Administrativo nº 300.684-9/2026)

MINUTA DO CONTRATO

6	Não apresentação de relatório técnico	1% por ocorrência	parcela mensal
7	Desatendimento às determinações da fiscalização	5% por ocorrência	valor do contrato ou remanescente
8	Paralisação injustificada dos serviços	20%	valor do contrato ou remanescente

I - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o **CONTRATO** ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante (se houver garantia de proposta).

II – Ocorrendo o atraso injustificado superior a 20 (vinte) dias da convocação para assinatura deste **CONTRATO**, ficará configurada a recusa para assinatura deste **CONTRATO**, e a **CONTRATADA** passível da aplicação de Impedimento de Licitar e Contratar pelo período de até 3 (três) anos, podendo a multa de mora ser convertida em compensatória.

III - No atraso injustificado na execução contratual, a multa de mora poderá ser convertida em compensatória, podendo a Administração promover a extinção unilateral com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta cláusula, consoante disposições contidas no *caput* e § único do artigo 162 da Lei Federal nº 14.133/2021.

IV - A inexecução total da avença contratual sujeitará o contratado a multa de até 30% do valor da contratação, além das demais penalidades de aplicabilidade previstas nesta cláusula.

V - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, se existente, ou será cobrada judicialmente.

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 262/2026
(Processo Administrativo nº 300.684-9/2026)

MINUTA DO CONTRATO

VI – As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si, não sendo ainda compensatórias diante da sua natureza, seja por mora ou pena, exceto no caso de inexecução total, na forma prevista no inciso II deste parágrafo.

VII - A aplicação das multas deverá, sempre que possível e cabível, ser precedida de Advertência a ser encaminhada à **CONTRATADA**, de forma a efetuar tentativa de regularização da situação de infração vislumbrada e observar a gradação hierárquica na aplicabilidade das sanções administrativas.

VIII - A aplicação de multas não elidirá, em face do descumprimento do pactuado, o direito do **TCE-RJ** de rescindir de pleno direito o **CONTRATO**, independente de ação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais cabíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

PARÁGRAFO SÉTIMO – A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao contratante, observando-se especialmente os seguintes ritos:

I - A aplicação das sanções de **Impedimento de Licitar e Contratar** e **Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar** requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, na forma do caput e parágrafos do artigo 158 da Lei Federal 14.133/21, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a **CONTRATADA** para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir;

II - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, conforme § 2º do artigo 158 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 262/2026
(Processo Administrativo nº 300.684-9/2026)**

MINUTA DO CONTRATO

III - A **Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar**, de competência exclusiva da autoridade máxima do **TCE-RJ**, deve ser precedida ainda da devida análise por parte da Procuradoria-Geral do **TCE-RJ**, na forma do § 6º do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

IV - As sanções somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, observadas as demais formalidades legais, conforme artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

V - No prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, o **TCE-RJ** informará e manterá atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal.

PARÁGRAFO OITAVO – Da aplicação das sanções administrativas previstas cabe o direito de defesa à **CONTRATADA**, com interposição de recursos administrativo e pedidos de reconsideração, nas condições e prazos adiante descritos:

a) Recurso Administrativo, a ser interposto perante a autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, no prazo de 15 (quinze) dias úteis) contados da intimação da aplicação das sanções previstas nos incisos I a III do caput da Cláusula anterior, que no caso de não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis o encaminhará com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos, nos termos do caput e parágrafo único do art. 166 da Lei Federal nº 14.133/2021;

b) Recurso Administrativo, dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

c) Pedido de Reconsideração, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da intimação da aplicação da sanção prevista no inciso IV do caput da Cláusula anterior, o qual deverá ser decidido no prazo

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 262/2026
(Processo Administrativo nº 300.684-9/2026)

MINUTA DO CONTRATO

máximo de 20 (vinte) dias úteis contado do seu recebimento nos termos do art. 167 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

(DA EXTINÇÃO CONTRATUAL)

O presente **CONTRATO** poderá ser extinto unilateralmente, de pleno direito, pelo **TCE-RJ**, por ocorrência das situações previstas nos incisos I a IX do artigo 137 da Lei Federal 14.133/21, mediante decisão fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, observando-se ainda o teor do parágrafo segundo do artigo 138 da Lei Federal nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A extinção operará seus efeitos a partir da publicação do ato administrativo no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)**.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os emitentes das garantias previstas neste **CONTRATO** deverão ser notificados pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, na forma prevista no §4º do artigo 137 da Lei Federal 14.133/21.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas neste **CONTRATO**, as seguintes consequências:

- I - assunção imediata do objeto deste **CONTRATO**, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;
- II - ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução deste **CONTRATO** e necessários à sua continuidade;
- III - execução da garantia contratual para:

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 262/2026
(Processo Administrativo nº 300.684-9/2026)

MINUTA DO CONTRATO

- a) ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;
- b) pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;
- c) pagamento das multas devidas à Administração Pública;
- d) exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto deste **CONTRATO** pela seguradora, quando cabível;

IV - retenção dos créditos decorrentes deste **CONTRATO** até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

PARÁGRAFO QUARTO - No caso deste **CONTRATO** vir a ser extinto por dolo ou culpa da **CONTRATADA**, serão aplicadas as sanções previstas neste **CONTRATO** e na legislação aplicável; se, por outro lado, tal rescisão provocar dano ao **TCE-RJ**, será promovida a responsabilidade da **CONTRATADA**, visando ao ressarcimento destes danos.

PARÁGRAFO QUINTO - De qualquer penalidade que venha a ser imposta à **CONTRATADA** caberá recurso, na forma da legislação aplicável, e pedido de reconsideração, ao Presidente do **TCE-RJ**, no caso de Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Impedimento de Licitar e Contratar.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

(DA CESSÃO OU DA TRANSFERÊNCIA)

O presente **CONTRATO** não poderá ser objeto de cessão, subcontratação ou transferência, no todo ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

(DA FUSÃO, CISÃO OU INCORPORAÇÃO)

É admissível a fusão, cisão ou incorporação da **CONTRATADA** com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos no **Aviso de Contratação Direta** que originou a **DISPENSA ELETRÔNICA nº 262/2026**; sejam mantidas as

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 262/2026
(Processo Administrativo nº 300.684-9/2026)

MINUTA DO CONTRATO

demais cláusulas e condições deste **CONTRATO**; reste documental e exaustivamente comprovado que as operações travadas entre as pessoas jurídicas resultaram, de fato, na transferência da estrutura referente às atividades envolvidas **neste CONTRATO** celebrado com o Tribunal; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado causado pela modificação da estrutura da empresa; e haja a anuência expressa da Administração à continuidade deste **CONTRATO**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

(DA RENÚNCIA A DIREITOS)

O não exercício, por qualquer das partes, de direito previsto neste **CONTRATO**, não representará renúncia ao seu exercício, com relação ao mesmo fato ou a fatos futuros.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

(DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL)

As **PARTES CONTRATANTES** declaram-se sujeitas às cláusulas e condições deste **CONTRATO**, às regulamentações aplicáveis à espécie e, em especial, a Lei Federal 14.133/2021 - Normas Gerais de Licitação e Contratação Pública, e subsidiariamente ao Título XI da Lei Estadual nº 287/79 – Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública, no que não conflitem com a legislação federal, a Lei Complementar Federal nº 123/06 - Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, observadas as alterações posteriores introduzidas nos referidos diplomas legais.

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 262/2026
(Processo Administrativo nº 300.684-9/2026)

MINUTA DO CONTRATO

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

(DA PUBLICAÇÃO)

O **TCE-RJ** obriga-se a providenciar a divulgação do extrato deste **CONTRATO** e seus aditamentos, no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)**, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da data de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA

(DO FORO)

Fica eleito o foro da cidade do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente **CONTRATO**, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Por estarem justas e **CONTRATADAS**, as partes assinam o presente **CONTRATO** em 2 (duas) vias de igual teor e de mesma forma para que produzam os efeitos legais.

Rio de Janeiro, na data da assinatura digital.

CONTRATANTE: _____

CONTRATADA: _____